

SUMIR DO MAPA E OUTROS *SCRIPTS*: TÁTICAS DE MATAR E DE RESISTIR NO CONFRONTO DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS COM A CENTRAL NUCLEAR EM ITACURUBA¹

Whodson Silva²

O CENÁRIO DO “DESCASO PLANEJADO”³

Itacuruba está no mapa! Situada em Pernambuco, na microrregião do Sertão de Itaparica, às margens do Rio São Francisco. Na pedra miúda, como indica sua tradução do tupi⁴, estima-se cinco mil habitantes envoltos em dinâmicas e em poéticas de uma singular cidade de interior, onde o céu é idealmente límpido para contemplar objetos não identificados. Tal atributo circunscreve Itacuruba não só no mapa terrestre, mas também no mapa mundial astronômico, como sugerido pelo Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI), que, desde 2011 operando no município, decidiu homenageá-lo dando seu nome ao Asteroide 10468⁵.

1 Uma versão reduzida e preliminar foi publicada na edição 231 da Revista *Continente* em mar. 2020.

2 PPGA – Universidade Federal de Pernambuco whodsoon@gmail.com

3 Em referência a Scott (2009).

4 Ita: pedra; Curuba: miúda. Itacuruba: pedra miúda.

5 O Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (Oasi), do Observatório Nacional (ON), desenvolve o Projeto *Impaction* que investiga propriedades físicas de pequenos corpos que têm riscos de colidir com o planeta terra. O telescópio operado no Oasi é o segundo maior em solo brasileiro. Ver: <http://extranet.on.br/impacton/index.html> [Acesso em 16 nov. 2019].

Figura 1 – Município de Itacuruba na microrregião do Sertão de Itaparica – PE.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2019).

No entanto, a condição de polo astronômico não faz desse lugar uma rota, tampouco um destino de muitas pessoas; as próprias missões observacionais do OASI são conduzidas de forma remota por astrônomos do Observatório Nacional (ON), no Rio de Janeiro. Ainda não existe linha de ônibus interestadual ou intermunicipal com destino à Itacuruba, tendo em vista que uma estrada de 12km é o único acesso pavimentado de seu centro urbano à rodovia federal mais próxima. Caso não disponha de carro particular, a mobilidade se dá através do micro-ônibus de um dos moradores, que realiza duas viagens por dia para o município vizinho, exceto nos finais de semana.

O município ainda detém a menor frota de motos e carros do estado, correspondendo a 0,23% dos veículos registrados em Pernambuco⁶, o que implica numa mínima circulação de automóveis nas ruas como também de munícipes, que em razão do céu de pouca nuvem e sol forte permanecem preferencialmente em suas casas na maior parte do dia. Haja vista tais características, até julho de 2020, mês em que

6 Notícia intitulada: “Itacuruba uma cidade sem moto, sem carro, sem pressa” de 27 ago. 2015. Disponível em: <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/filhos-da-dor/itacuruba-uma-cidade-sem-moto-sem-carro-sem-pressa.php>. [Acesso em 27 nov. 2018].

no Brasil registra-se dois milhão de infectados por Covid-19, nenhuma notificação tenha sido nesse município⁷.

Isolamento arquitetado numa espécie de cidade cenográfica, a “nova” Itacuruba foi desenhada e construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para abrigar, a partir de 1988, parte da população compulsoriamente reassentada da Itacuruba “velha”, que teve sua sede municipal e terras agricultáveis inundadas pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica. Como no roteiro do Vale do Javé⁸, este município sertanejo foi submerso à revelia das memórias, das histórias e dos patrimônios “não científicos” de seus narradores, expressos como “beneficiários” de um projeto de desenvolvimento cujo *slogan* era: “mudar para melhor”⁹.

A mudança logo foi percebida: “Sem casa, sem terra, sem ter o que fazer, o povo de Itacuruba como é que vai viver?”. Essa pergunta, à época, repetidamente proferida como palavra de ordem contrária ao empreendimento, se posterga até os dias de hoje entre os habitantes do novo município. O questionamento de como viver sem as estruturas das relações familiares, territoriais e de trabalho, agora submersas, traduziu-se em problemas na saúde coletiva de Itacuruba, que, em 2006, concentrou, segundo o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE), a maior taxa de suicídio no Brasil, apresentando ainda 63% de sua população com problemas de sofrimento mental.¹⁰

7 Refiro-me aos casos de transmissão local, já que em junho de 2020 foram notificados dois casos de itacurubenses que contraíram o vírus ao chegar na capital Recife para tratamento médico, um desses veio a óbito.

8 NARRADORES DE JAVÉ. Direção de Eliane Caffé. Brasil: RioFilme, 2004. (100 min.).

9 Este era o slogan da campanha de convencimento das famílias à se transladarem para os novos locais de residência e de trabalho. Segundo Araújo (2001, p. 22), esta campanha “contribuiu no contexto de todo um trabalho de divulgação dos propósitos da ação governamental na região – para convencer os resistentes à mudança, que alimentaram sonhos de autônoma respaldados na propriedade de um lote dotado de moderna infraestrutura para a produção agrícola”.

10 Notícias intituladas: “Sertanejos sofrem com depressão” de 25 mai. 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/>; “Itacuruba afogada na tristeza” de 27 mai. 2007. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2007/05/27/itacuruba-afogada-na-tristeza/>; “Dependência química preocupa em Itacuruba” de 25 ago. 2011. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/2011/08/25/dependencia-quimica-preocupa-em-itacuruba/>. [Acessos em 27 nov. 2018].

Esses foram prejuízos consagrados nas instruções do planejamento da UHE Itaparica, como apontou o antropólogo Russel Parry Scott (2009). Para ele, o “descaso planejado” conjecturado por esse megaprojeto energético incidiu na criação de um padrão de táticas de obstruir, adiar ou arbitrariamente negar os direitos e os interesses dos atingidos, que se constituíram numa esfera residual, uma segunda ordem nos desenhos gerais do projeto. A reordenação da vida desses agentes em um novo município é balizada por uma malha de articulações que envolviam diferentes atores, de políticos locais a instituições internacionais, responsáveis pela costura de um campo de relações desiguais de poder.¹

Os itacurubenses não contam, como contavam antes, com áreas de produção agrícola próximas, já que os habitantes das áreas rurais ou foram reassentados em projetos de irrigação distantes em torno de 100km ou foram reassentados dentro do novo município, sem acesso a terras para plantar.² A produção da ociosidade coletiva e a extinção das Verbas de Manutenção Temporária (VMT)³, sem um planejamento

1 Scott (2012) chama atenção para quatro táticas que operacionalizam as estratégias de colocar os interesses da população atingida em segunda ordem: a desmoralização, a metamorfose institucional, o abandono planejado e a incorporação burocrática, consecutivamente. Em linha geral a **primeira tática** refere-se à estratégia dos planejadores de desmoralizarem, de diferentes maneiras, a população atingida, estimulando o não acesso destes aos benefícios aos quais tem pleno direito; a **segunda tática** aponta o “jogo de cadeiras” que o empreendimento promove – saída de empresas, transferências de responsabilidades, dentre outros – que confundem os espaços de negociação, trocando os negociadores e os níveis decisórios, estabelecendo um escancarado descompromisso com promessas anteriores, feitas por “outros”; a **terceira tática** diz sobre o transparente desinteresse institucional em atingir as metas de segunda ordem, abandonando tal responsabilidade por “estar fora de sua competência técnica” joga para outras empresas que também não se responsabilizam pelos direitos dos atingidos; por fim, a **quarta tática** problematiza o descrédito que os atingidos passam a ter com as instituições que os representam pós-execução do projeto, onde essas passam a burocratizar o cotidiano da organização, incorporando atividades em tarefas de execução que seriam mais apropriadas a organizações estatais ou independentes.

2 Predomina no solo desta área um processo erosivo de moderado a forte, tendenciando-o à degradação. A insuficiência de terras agricultáveis no novo município entre as outras variadas limitações já eram de conhecimento da CHESF antes mesmo do realocamento populacional, como visto nos trabalhos de Araújo (2001) e Scott (2009).

3 A população reassentada ficou recebendo 2,5 salários de referência, entre 1988 e 2003, a título de Verba de Manutenção Temporária (VMT) enquanto aguardava a designação, preparação e entrega de seus lotes irrigados ou do pagamento de indenizações.

sistemático de assistência aos reassentados, são algumas dentre tantas violências refletidas em um município que hoje depende quase que exclusivamente da renda da Prefeitura Municipal.⁴

Não por acaso, o novo município é indicado, nesse momento, como sítio prioritário para a construção da Central Nuclear do Nordeste, megaprojeto energético⁵ que prevê a construção de seis usinas nucleares nas margens do Rio São Francisco, com capacidade de geração total de 6.600 *megawatts* e a intenção de investimento de R\$64,404 bilhões.⁶ Para o governo federal, o objetivo é atender à demanda de energia necessária para o crescimento econômico do setor produtivo brasileiro, condensando, na mesma pasta, os interesses das iniciativas privada e estrangeira, que, de forma piramidal, são situadas em posições de domínio, destarte a qualificação que detêm sobre a natureza tecnológica do projeto.

A opção por Itacuruba assinala a diretriz governamental em curso desde os anos de 1950⁷, ancorada na visão desse lugar como vazio e carente de megaprojetos que motorizem o desenvolvimento regional. À vista disso, processualmente aparelham-se perversas táticas para desmoralizar os atingidos nos espaços de decisão, bem como deturpá-los no escopo mais amplo do planejamento. Como numa reprise de um filme sem final feliz, roteiriza-se em Itacuruba um atualizado descaso planejado, atravessado por um processo político de múltiplas negociações entre poderosos atores, que declaradamente colocam-se à contramão da efetivação de direitos sociais e cumprimento de regulamentos ambientais.

4 Ver Figueiredo (2011).

5 Por megaprojeto, entendo obras de infraestrutura que configuram em sua implementação um cenário político de investimentos em níveis regional, nacional e internacional, bem como interferências em larga escala em questões sociais e ambientais onde se é instalado.

6 O valor do investimento está baseado no levantamento realizado pela *Neoway* – empresa de *big data analytics* que monitora fontes públicas e mercadológicas. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/08/12/pernambuco-tem-mais-de-15-mil-obras-paralisadas--350547.php>. [Acesso em 21 jul. 2019].

7 Momento em que a CHESF instala a usina hidrelétrica de Paulo Afonso 1, na cidade baiana de mesmo nome, sendo esta a primeira de uma série de oito barragens no curso do Rio São Francisco.

Não obstante, tem sido as táticas de resistência formuladas por indígenas e quilombolas que vêm confrontando a leitura intencionalmente estigmatizada do Sertão, e, numa esfera maior, direcionando ações coletivas que denunciam as violações de direito instituídas no processo de instalação do megaprojeto. São esses agentes que evidenciam, contraditoriamente ao sertão de vazios, a presença étnica e histórica em um município onde vivem três comunidades quilombolas – Negros de Gilu, Poço dos Cavalos e Ingazeira – e três povos indígenas – Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú⁸. É dizer, seis diferentes organizações sociopolíticas bem como seis diferentes processos criativos de afirmação étnica e reelaboração cultural em Itacuruba.

Passado mais de 10 anos vivenciando um sistêmico insucesso de ações mitigatórias da CHESF, as famílias que haviam se dispersado nos diferentes projetos de reassentamento voltaram a se reunir no novo município em busca de meios para produzir e sobreviver. A reunião de núcleos familiares desponta como o caminho pelo qual se é possível hoje construir projetos coletivos de futuro. Entre esses projetos estão os que incorporam atributos identitários e de autodefinições, estabelecidos e vistos por seus próprios membros como uma unidade social peculiar, constituída por um processo histórico e uma tradição dinâmica e cotidianamente construída, e não apenas como uma comunidade camponesa analiticamente definida.

Pode-se dizer, com Hobsbawm e Ranger (1984), que certamente as tradições são verdadeiras, embora inventadas e, em linha geral, expressam uma identidade política construída em determinada situação histórica. Por conseguinte, o agenciamento de tais identidades ordena uma dinâmica particular no confronto com o megaprojeto energético, na qual o fator étnico elenca critérios específicos e regulações próprias. Notadamente a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil, são normativas

8 Lanço mão da noção de Povos e Comunidades Tradicionais problematizada em Almeida (2006), em que as unidades sociais, designadas como “povos” ou “comunidades”, expressam uma diversidade de formas de identidade coletiva em suas relações com os recursos da natureza, estando entre estes, grupos sociais que notadamente incorporam fatores étnicos na forma de organização social e de encaminhamento de demandas aos poderes públicos. Distingo, dessa forma, “povos indígenas” e “comunidades quilombolas”, tendo em vista as autodenominações existentes no plano local de Itacuruba.

que impõem à necessidade de consulta livre, prévia e informada sobre os interesses dos seis Povos e Comunidades Tradicionais, sem exceção, nas áreas a serem atingidas pela central nuclear, sendo este um procedimento condicionante para a construção do empreendimento.

A capacidade de agência de indígenas e quilombolas em suas afirmações étnicas e em mobilizações antinucleares que estes passam a interpretar não desconsidera os constrangimentos históricos e políticos que cerceiam as oportunidades de ação coletiva. Contudo, é frente às adversidades e situações conflitivas que tais agentes se aglutinam em uma unidade de mobilização antinuclear, na qual canalizam manifestações públicas que buscam subverter as táticas de escamoteá-los de lugares de fala e de decisão. A Articulação Sertão Antinuclear, como ora é chamada, é a unidade de mobilização⁹ que tem conduzido ações políticas em uma direção comum na esfera de um situado confronto com a central nuclear.

O confronto político, como teorizam McAdam; Tarrow e Tilly (2009), tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outros cujos interesses seriam afetados se tais demandas fossem atendidas. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva, que vai de uma simples petição, abaixo-assinado ou carta à manifestos mais complexos. As táticas confrontacionais formuladas por indígenas e quilombolas, nesse âmbito, sugere um repertório de formas de resistência que estão alicerçadas em interações afetivas e em uma solidariedade política partilhada no enfrentamento ao megaprojeto.

Os sentimentos afetivos não se mostram, pois, dissociados das relações políticas e das pautas reivindicatórias, como sugere Almeida (2017), em verdade ambos constituem dimensões intrínsecas às novas formas político-organizativas, que articulam relações comunitárias com relações associativas e lutas identitárias com lutas econômicas, de maneira que desvela-se um campo etnografável justamente por tais elementos estarem imbricados em processos sociais, históricos e de poder. Certamente, a etnografia do confronto tem possibilitado problematizar as percepções e respostas locais à implementação da central nuclear no Rio São Francisco, tal como situar um simultâneo confronto

⁹ No sentido de Almeida (2006), como será problematizado mais a frente.

entre o discurso socioantropológico com o discurso assumido institucionalmente como “técnico”, que, em verdade, propositadamente subestima a leitura dos dados socioambientais.

Localiza-se aqui, em Itacuruba, um acalorado confronto político em que é possível visualizar o acirramento de políticas governamentais que impulsiona a implantação da Central Nuclear do Nordeste e, ao mesmo tempo, incide na violação de direitos humanos assim como em desregulações ambientais sem precedentes. Nos *scripts* de um atualizado descaso planejado, projeta-se um jogo de poder onde afincam-se as táticas de matar e de fazer morrer. Na contramão, indígenas e quilombolas em Itacuruba protagonizam as disputas que evidenciam como nos contextos locais se formulam estratégias de luta coletiva e autonomia.

“POR QUE VOCÊS ESTÃO FAZENDO ISSO COM A GENTE?”¹⁰

Foi um susto que a gente levou da noite pro dia, com a estrada sendo feita, passando pelo território, e aí a gente foi pesquisar qual era o verdadeiro sentido daquela estrada, foi aí que a gente descobriu que era a usina nuclear, e quando a gente foi pesquisar, muitas coisas que a gente já tinha observado que estava sendo feita na região aconteceu porque está no plano, na Central Nuclear do Nordeste, onde tem todo um cronograma do que já foi executado, datas, períodos... aí quando a gente percebeu isso, a gente viu que helicópteros que sobrevoavam, movimento de pessoas, estava tudo naquele cronograma.

Lucélia Pankará¹¹

Um fluxo inabitual de carros, pessoas e helicópteros sobrevoando a região logo foi percebido e comentado entre indígenas e quilombolas em Itacuruba. A construção de uma rodovia que liga o centro do município à Agrovila Coité também os chamara atenção. Para o Ministério da Integração Nacional, responsável pela obra, a implementação e pavimentação do trecho PE 422, a estrada do peixe, faria a conexão entre

¹⁰ BACURAU. Direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Brasil: Globo Filmes, 2019. (138 min.).

¹¹ Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em maio de 2018.

os moradores do centro urbano e a zona de cultivo de tilápias, onde se encontram unidades produtivas em atuação no município¹².

Intrigados com as interferências de uma obra daquele porte para o Serrote dos Campos, os indígenas Pankará resolveram paralisar a sua construção até que os órgãos competentes, entre eles o ministério citado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a prefeitura municipal, avaliassem os danos à Terra Indígena (TI). Concomitante ao alvoroço, o *blog* do Sistema *Jornal do Commercio* veicula que Itacuruba estava exatamente no meio da “Rota de expansão da energia nuclear brasileira”, como intitulado o documento de janeiro de 2011 da Eletronuclear divulgado no editorial¹³.

Segundo o *blog*, a estatal¹⁴ já teria realizado três missões ao sítio nomeado Belém do São Francisco e que cerca de 8km² de área já estariam reservados. O prefeito, a sua vez, estaria eufórico com a indicação, pois se o empreendimento fosse concretizado, o município enriqueceria com obras e investimentos, tendo em vista que a estatal pagaria *royalties* como compensação ambiental – afirma a matéria. Ainda é destacado que a escolha por Itacuruba considera que as usinas nucleares são instaladas em áreas de baixa densidade demográfica, já que devem existir planos de segurança que exigem a retirada de todas as pessoas próximas da planta industrial em caso de emergência.

De estigmatizada “terra dos deprimidos”¹⁵ à potencial nuclear brasileiro, é assim que Itacuruba é conjecturada desde então numa arena

12 Obra no valor de R\$13,488 milhões, administrada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e executada pela Impar Implantação e Pavimentação de Rodovias Ltda.

13 Notícia intitulada: “Eletronuclear escolhe cidade de Itacuruba como opção para sediar usina atômica do Nordeste” de 18 fev. 2011. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/02/18/eletronuclear-escolhe-cidade-de-itacuruba-como-opcao-para-sediarusina-atomica-do-nordeste/>. [Acesso em 04 jul. 2019].

14 A Eletronuclear é uma empresa de economia mista subsidiária no ramo nuclear da Eletrobrás, responsável estatal pela geração e transmissão de energia elétrica no país. Atualmente, estão em operação as usinas nucleares de Angra 1, com capacidade para geração de 640 *megawatts*, e de Angra 2, com capacidade para 1.350 *megawatts*. Essas duas usinas respondem pela geração de 3% da energia elétrica consumida no Brasil. Angra 3, que foi projetada como praticamente uma réplica de Angra 2, prevê a geração de 1.405 *megawatts*, caso venha a operar.

15 Notícia intitulada: “Itacuruba: a terra dos deprimidos” de 20 ago. 2011. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/08/20/itacuruba-a-terra-dos-deprimidos13523.php>. [Acesso em: 16 mai. 2019].

de negociações onde o Estado, à revelia dos atingidos, tem consorciado diferentes atores, controladores de capital nacional e internacional na configuração de desigualdades de poder politicamente estruturadas.¹⁶ Simultaneamente, se difunde entre os moradores um medo difuso,¹⁷ sustentado na prática desse consórcio de restringir as informações do projeto. Ao largo do passo, vulgarizam-se as táticas de matar e de fazer morrer no dado confronto político.

A Central Nuclear do Nordeste consiste num megaprojeto energético do Ministério de Minas e Energia (MME) do Brasil, aventado pela subsidiária Eletronuclear e animado por um grupo de diferentes atores que tem se capilarizado em um organizado movimento de promoção da sua construção em Itacuruba, entre esses estão engenheiros responsáveis pelo projeto, estudiosos da área, deputados estaduais de Pernambuco e empresários. A perspectiva de construção de seis reatores às margens do Rio São Francisco e a oportuna flexibilização legislativa brasileira se descortina, notadamente, em dois caminhos argumentativos.

O primeiro de que a crescente demanda de energia elétrica e os atrasos nos projetos de geração desta, que enfrentam refreamentos na concessão de licenças ambientais ou demandas judiciais, indicam preocupação para o setor produtivo brasileiro. Os popularmente conhecidos apagões, na década de 1990 e ao longo dos anos 2000, são uns desses acontecimentos que chamariam atenção do setor privado para a discussão de que o país só crescerá se ampliar a capacidade energética. O outro argumento, um tanto complementar, é de que a crise hídrica, provocada por longos períodos de estiagem, tem prejudicado a produ-

16 A noção de “consórcio” segue na direção de Ribeiro (2008, p. 115), em que é “um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. É um encadeamento que – mediante a organização de novas entidades orientadas a tarefas econômicas e administrativas – une, de fato, dentro de um projeto, instituições e capitais internacionais, nacionais e regionais. É uma forma de reforçar relacionamentos capitalistas de modo piramidal, em que níveis mais elevados hegemonomizam níveis mais baixos. O consórcio é a entidade social, econômica, e política concreta que articula diferentes grupos de poder”.

17 Em referência à PRADO, Rosane M. A beleza traída. “Percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis.” XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, 1996; e, SILVA, Gláucia O. “Angra I e a Melancolia de Uma Era.” *Um Estudo sobre a Construção Social do Risco*. Niterói: Editora da UFF, 1999.

ção de energia a partir de usinas hidrelétricas, base da matriz energética brasileira.¹⁸

Apoiada nessa diretriz, a tecnologia nuclear tem sido propagandeada como a rota de “energia do futuro”¹⁹, visto que emitiria baixo dióxido de carbono (CO₂), relacionado ao aquecimento global, elevando-a ao equívoco *status* de “energia limpa”, uma vez que somente contabiliza a emissão de gases poluentes na etapa de geração de energia elétrica e não de todo o ciclo do combustível nuclear, que vai desde a exploração mineral de urânio, o seu consecutivo processo de enriquecimento²⁰ para posterior uso na produção de energia dentro dos reatores, aos rejeitos radioativos acumulados nessas diferentes etapas. Por outro lado, se sustenta a importância do uso militar dessa tecnologia para a defesa nacional, entendida como uma estratégia de inserção internacional soberana com autonomia relativa. Apesar da dualidade intrínseca à matéria, alega-se que seria para fins pacíficos.²¹

Temporalmente, é a partir de 1987 que se veicula, nos *Diários Oficiais* da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o interesse federativo de instalar usinas nucleares nessa Região do Sertão e de ali também depositar os rejeitos radioativos do acidente envolvendo o céσιο-137

18 Notícia intitulada: “Para país crescer, consumo de energia vai saltar 44% em 10 anos. Volume equivale a duas Itaipus e meia” de 04 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/para-pais-crescer-consumo-de-energia-vai-saltar-44-em-dez-anos-volume-equivale-duas-itaipus-meia-23279211>. [Acesso em: 04 jul. 2019].

19 Ver notícia: “*Nuclear power: energy for the future or relic of the past?*” de 27 de fev. 2015. Disponível em: bbc.com/news/business-30919045. [Acesso em: 04 jul. 2019].

20 Após a mineração, o urânio é transportado para onde acontece a produção de pastilhas com o concentrado de urânio (*yellowcake*) que, posteriormente, são expostas a uma reação nuclear (fissão do núcleo do átomo) no interior das usinas, produzindo alta quantidade de calor que movimenta o turbogerador e gera energia elétrica. Acontece que, em alguns casos, da etapa da mineração para a etapa do enriquecimento há um extenso percurso de produção internacional, onde o material é levado para ser manipulado onde existe tecnologia especializada.

21 Ver: CARPES, Mariana M. A. *A política nuclear brasileira no contexto das relações internacionais contemporâneas*. Domínio tecnológico como estratégia de inserção internacional. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ocorrido em Goiânia (GO).²² O debate parlamentar à época culminou no artigo 216 da Constituição de Pernambuco (1989), que proíbe a instalação de usinas nucleares no território estadual enquanto não se esgotar toda a capacidade de produzir energia oriunda de outras fontes.²³ No entanto, com a publicação em 2007 do Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030), que projeta a construção de novas centrais nucleares, roteiriza-se ao longo dos anos 2000 o plano de ampliação do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), que incide no Nordeste como região prioritária para realização de estudos de sítio para abrigar as usinas.

Nessa empreitada, a Eletronuclear em 2009 inaugura em Recife um escritório de representação nessa região a fim de iniciar tais estudos.²⁴ Coincidente à publicização em 2011 de que Itacuruba é a área prioritária dentre as identificadas, se dá o desastre nuclear em Fukushima, no Japão, que logo torna-se o maior acidente desde o de Chernobyl, em 1986, reverberando em debates internacionais sobre o descomissionamento de atividades nucleares²⁵, como exemplificado no caso da Alemanha que deverá fechar todas as suas usinas até 2022.²⁶

22 Vide os *Diários Oficiais* de Pernambuco de maio, junho, outubro, novembro e dezembro de 1987.

23 Art. 216. Fica proibida a instalação de usinas nucleares no território do Estado de Pernambuco enquanto não se esgotar toda a capacidade de produzir energia hidrelétrica oriunda de outras fontes. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/constituicaoesadual.pdf>. [Acesso em: 03 jul. 2019].

24 Notícia intitulada: “Eletronuclear inaugura escritório em Recife”. Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outrasnoticias/-asset_publisher32hLrOzMKwWb/content/eletronuclear-inaugura-escritorio-no-recife;jsessionid=9EFEB2F5A0CBD5C0B2C061ACCA591E17.srv155. [Acesso em: 04 jul. 2019].

25 O encerramento adequado das atividades nucleares deve ser realizado com extrema cautela, procurando minimizar a exposição à radiação dos trabalhadores envolvidos. Existe também uma grande dificuldade de estimar os custos do descomissionamento, já que envolve a preparação e o licenciamento de um local que armazene os rejeitos radioativos e combustíveis irradiados, tornando impossível estimar-se o custo de transporte e de embalagem do material. Além da decisão política, tecnologias avançadas de armazenamento e infraestrutura de transporte exige também a segurança física e controle permanente. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/518829-o-descomissionamento-das-usinas-nucleares>. [Acesso em: 02 ago. 2020].

26 Notícia intitulada: “Alemanha anuncia fechamento de todas as usinas nucleares até 2022” de 30 mai. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110530_alemanha_nuclear_rw. [Acesso em: 02 ago. 2020].

No Brasil esse debate permaneceu na retaguarda até a posse, em 2019, de um novo ministro de Minas e Energia, que, enquanto diretor-geral de Desenvolvimento Tecnológico e Nuclear da Marinha, avançou no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) com propulsão nuclear²⁷. Na condução do Ministério, por sua vez, anunciou entre as pautas a privatização na exploração de urânio, que pela Constituição Federal do país é prerrogativa da União na figura da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB)²⁸; a retomada das obras de Angra 3, paradas desde 2015 em razão de investigações por esquemas de corrupção²⁹; e a construção de novas usinas nucleares, que progride na escolha de Itacuruba como o sítio prioritário³⁰.

A escolha por Itacuruba releva, no entanto, as maneiras de subjugar o Sertão como demograficamente vazio e miserável, sendo este o principal argumento estatal para intervir em uma região naturalizada como carente de investimentos mundializados. Justifica-se a escolha da área em razão do solo estável, da oferta de água do Rio São Francisco para resfriar os reatores, da proximidade de linhas de transmissão de energia e, particularmente, da baixa densidade populacional, fundada na estigmatização de ser um município habitado por “um pouco mais de quatro mil almas”, como midiaticamente foi veiculado³¹.

27 Notícia intitulada: “Futuro ministro de Minas e Energia coordena Programa Nuclear da Marinha” de 30 de nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2018/11/30/futuro-ministro-de-minas-e-energia-e-ligado-ao-programa-nuclear-da-marinha.htm> [Acesso em: 28 abr. 2019].

28 Notícia intitulada: “Brasil quer permitir estrangeiros na mineração de urânio, diz ministro” de 15 de mar. 2019. Disponível em: <https://folha.com/sfxt9ip1> [Acesso em: 28 abr. 2019].

29 Notícia intitulada: “Obras de Angra 3 começam em 2020 e empresa dos EUA manifesta interesse” de 04 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/westinghouse-pode-disputar-concorrenca-para-angra-3-diz-ministro/> [Acesso em: 04 dez. 2019].

30 Notícia intitulada: “MME anuncia previsão para receber nova central nuclear” de 03 abr. 2019. Disponível em: <http://www.nuclep.gov.br/pt-br/content/mme-anuncia-previsao-para-receber-nova-central-nuclear> [Acesso em: 22. abr. 2019].

31 Ver SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. *O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Figura 2 – Folhas 44, 46, 65 e 66 do Projeto “A Central Nuclear do Nordeste”

<p>Desenvolvimento sócio econômico</p>  <p>Riscos antes da Usina</p> <p>Riscos após a Usina</p> 	<p>Repetindo</p> <ul style="list-style-type: none">➢ R\$ 600 milhões por 95 anos.➢ É a compensação para a região afetada.  
<p>Caso tivéssemos falhado na decisão de empreender</p> <ul style="list-style-type: none">➢ A mais absoluta, degradante e vergonhosa miséria continuaria a existir, talvez por outros milhares de anos, numa vasta área não mais distante do que 300 Km daqui.  	<p>Status nos últimos 5.000 anos continuará assim nos próximos 5.000 anos?</p> 

Fonte: Eletronuclear.³²

Em reunião pública convocada pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), em outubro de 2019, um grupo de patrocinadores do megaprojeto equiparou os riscos da central nuclear com os riscos da queda de um avião, e ainda afirmou que as pessoas já estavam expostas diariamente às radiações nucleares, pois comem bananas e essas têm Potássio-40, que é um isótopo radioativo.³³ Um vocabulário hostil que transfigura decisões políticas

32 O Projeto “A Central Nuclear do Nordeste” trata-se da apresentação, em formato de slides, do megaprojeto. Estava até julho de 2018 disponível no site da Eletronuclear e o acesso se dava a partir do link: <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=V-YqhiUeb10%3D&tabid=347>. [Acesso em: 11 mar. 2018].

33 Entre o grupo de especialistas estavam um engenheiro consultor da Eletronuclear, um engenheiro do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste e uma professora do Departamento de Energia Nuclear da UFPE, além do deputado estadual Alberto Feitosa (expulso do Solidariedade, atual Partido Social Cristão) que tem fomentado a discussão pró-nuclear na casa legislativa. Este é o mesmo grupo que, após a reper-

em pareceres técnicos nunca divulgados, e se disponibilizados, posteriormente excluídos. Banalização, em seu sentido mais estrito, dos riscos na operação de um empreendimento de natureza nuclear.

Num jogo de inversões, argumentam que os riscos localmente existentes são maiores dos que viriam a coexistir, e que o investimento, transcrito em valores megalômanos, compensariam os danos à região atingida. Geração de emprego e renda, desenvolvimento e dinheiro são as repetidas palavras utilizadas para ludibriar as pessoas que, em baranga, poderiam usufruir de ruas asfaltadas, hospital de ponta e outros ditos benefícios que, em verdade, são direitos axiomáticos destes. Um perverso discurso de que a “energia nuclear é sinônimo de prosperidade para o sertão”³⁴ tem reproduzido a leitura de um atraso regional sertanejo, fadado à existência de “matutos” que carecem de projetos ditos modernizantes, designados pela tecnologia avançada, prosperidade material e estabilidade política.

“Desinformados”, “tecnicamente ignorantes” e “interesseiros” são alguns dentre um conjunto de pejorativos termos utilizados nas arguições que, assemelham-se mais a comícios, devido a quantidade fantasiosa de benesses prometidas, do que a apresentações “técnicas” que sejam resolutivas dado os problemas explicitados pelos interessados. No esteio do processo de planejamento do megaprojeto, faz parte tratar desigualmente os critérios socioambientais expressos sobremaneira a partir dos conhecimentos das Ciências Sociais, frente aos parâmetros tecnológicos e econômicos que abrangem o empreendimento.

Na medida em que tratam tais critérios separadamente ou por último, ancoram um complexo de iniquidades históricas, econômicas e de poder, ilustradas em táticas que são instrumentalizadas para desmantelar os meios e possibilidades de resistência à instalação do megaprojeto. Um encadeamento de conflitos que provocam desajustamentos sociais entre indígenas e quilombolas é então impulsionado. Dissidências sociopolíticas em meio às organizações comunitárias, posições

cussão das mobilizações antinucleares, realizaram em Itacuruba uma apresentação do megaprojeto com o mesmo teor dos discursos proferidos na ALEPE.

34 Notícia intitulada: “Energia nuclear: sinônimo de prosperidade do Sertão!”, publicada em 17 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2019/09/energia-nuclear-sinonimo-deprosperidade-do-sertao.html>. [Acesso em: 26 out. 2019].

divergentes e disputas por interesses particularizados, são dinâmicas que vêm sendo fomentadas para minar as relações afetivas e, por conseguinte, as ações convergentes no âmbito de um confronto político.

Em um campo que tende à desintegração e à dispersão dos agentes sociais, o reconhecimento e a afirmação destes enquanto etnicamente diferentes repercute em difusas estratégias de confronto, onde é a própria existência coletiva o eminente elemento de disputas e enfrentamento à central nuclear. É “fortalecendo a cultura, a fé e a religião”, como tem dito Cícera Pankará³⁵, é na luta pela demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados e pela preservação do Rio São Francisco, onde afluem criativas formas de resistir que, numa linha de frente, configura uma série de mobilizações antinucleares emergentes no Sertão de Pernambuco.

TÁTICAS DE “MATAR, DE MORRER E DE RESISTIR”³⁶

Entre outros *scripts*, Itacuruba poderá sumir do mapa. A proposta de mudança no Pacto Federativo sugere que os municípios com menos de cinco mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita total sejam incorporados pelos municípios vizinhos; no caso de Itacuruba, por Floresta ou Belém do São Francisco.³⁷ A pedra, julgada por ser miúda, repentinamente poderá desaparecer! A orientação das novas regras de divisão de recursos e deveres entre União, estados e municípios é esboçado como o principal eixo de transformação da economia brasileira a partir de 2019. No campo da instalação da central nuclear, essa é uma dentre a sucessão de táticas de desmoralizar indígenas e quilombolas no dado confronto.

Passo a passo, se estabelece um padrão de mecanismos que operacionalizam a estratégia de coibir o acesso destes em espaços de fala e de decisão, os distraindo numa espécie de jogo das cadeiras na busca por informações oficiais. Primeiro, em 2011, o MME não oferece maiores

35 Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em jul. 2018.

36 Em referência a Zhouri e Valêncio (2014).

37 Notícia intitulada: “Novo pacto federativo busca reestruturar finanças de estados e municípios” de 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/09/novo-pacto-federativo-busca-reestruturar-financas-de-estados-e-municipios>. [Acesso em: 02 ago. 2020].

explicações sobre as áreas de interesse da central nuclear; já em 2019, num primeiro momento, veicula-se na mídia que o assunto era *fake news*³⁸, seguidamente, Itacuruba é indicada como o “possível” sítio, e que só após a decisão ministerial de instalar ali o empreendimento se procederá a Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme previsto na legislação federal e internacional.

O silêncio designa uma complexa tática de estimular o sofrimento social entre esses agentes, que, sem o acesso às informações, experimentam sensações de ansiedade e de medo pelo que poderá acometê-los. Acrescenta-se a remoção no *site* da Eletronuclear da apresentação do megaprojeto e a ausência de publicação, na íntegra, do estudo de sítio. Logo, em nenhum momento o MME contactou a população a ser atingida, mesmo quando lhe fora solicitado. Em outra direção, o silêncio é um elemento discursivo na produção da invisibilidade de indígenas e quilombolas, que são transcritos no desenho geral do planejamento como enclausurados no passado e inexistentes nessa região no tempo presente.

Tática simultânea é a de obstruir os meios que levam indígenas e quilombolas ao reconhecimento e usufruto de direitos sociais específicos. A saber, a presidência da FUNAI, em 2019, trocou antropólogos por “pessoas de confiança” e sem *expertise* na condução dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Pankará em Itacuruba e da TI Tuxi em Belém do São Francisco. Em nota, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) denunciou que os nomeados pelo órgão indigenista não são antropólogos, e que o curso de “especialização em antropologia” por eles frequentado, montado inclusive para subsidiar os chamados contra-laudos, é insuficiente para o exercício de um trabalho científico dessa natureza.³⁹

Faz parte desse arranjo o não reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas que, numa lógica adversa, são entendidas como empecilhos para a efetivação do megaprojeto. Nesse âmbito, a deslegitimação do trabalho antropológico tem sido o meio pelo qual se suprime questões étnico-históricas, bem como problemáticas socioambientais,

38 Notícia falsa.

39 Ver nota da ABA “A FUNAI na desconstituição dos direitos territoriais indígenas” de 01 nov. 2019. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2019/11/04/a-funai-na-desconstituicao-dos-direitos-territoriais-indigenas/>. [Acesso em: 02 ago. 2020].

objetos de contestação de direitos. A postura estatal no trato da energia como um reduzível fator técnico e econômico endossa um discurso empresarial de que a leitura, também técnica, de questões socioculturais é mero aspecto “emocional”, e assim sendo, deve ser superado.

Num campo jurídico paralelo, tramitam Propostas de Emenda à Constituição (PEC) tanto estadual quanto nacional que, respectivamente, pretendem alterar o artigo 216, em Pernambuco, e a nível federal modificar os artigos 21 e 177, o que resultaria na permissão para o setor privado construir e operar os reatores nucleares.⁴⁰ Precedeu-se, então, de uma exposta negociação de flexibilizações legislativas que discursivamente são ostentadas como já garantidas, alargando os assédios e as ameaças aos atingidos, como a de que, se a central nuclear não for alocada em Itacuruba, que apresenta grande resistência, será possivelmente nas imediações, em Belém do São Francisco.

Não apresentar opções de escolha, não fornecer informações e tampouco propiciar espaços para o debate democrático são formas de matar indígenas e quilombolas a conta-gotas, disseminando sensações de angústia, medo e desesperança que definham as pessoas por dentro. Como se não bastassem os ferimentos na dignidade, os agentes sociais também lidam com coações físicas, caso das lideranças do povo Tuxá Campos que, desde maio de 2020, relatam situações de perseguições por drones na estrada que dá acesso à TI, que está em processo de retomada e é apontada como terreno vizinho de onde será construído o empreendimento. Ainda denunciam que carros conduzidos por desconhecidos rondam nas imediações da Aldeia, onde os indígenas encontram-se literalmente isolados, devido ao avanço da pandemia de Covid-19, e, sobretudo, devido à ausência de iluminação pública, acesso à internet e área telefônica.

Fortuitamente, a Central Nuclear do Nordeste tem sido tocada ao ritmo da “passagem da boiada”, como figurado na fala do ministro do Meio Ambiente em abril de 2020. Certamente esse é um atualizado e explícito mecanismo de hostilizar indígenas e quilombolas que, atônitos com o desdobramento da crise sanitária ocasionada pela pandemia,

40 Em Pernambuco, particularmente, a PEC 09/2019 propõe a seguinte nova redação: “Art. 216. O Estado fomentará projetos e atividades de geração de energia de fontes renováveis, que se mostrem eficazes e economicamente competitivos, priorizando o equilíbrio socioambiental, mediante concessão de incentivos fiscais e financeiros”.

não atinariam para uma oportunista desregulamentação ambiental. Assim, realiza-se, ao largo do período de isolamento social, uma série de *webinars*, promovido pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN), nas quais se discute a projeção de até oito usinas nucleares nos próximos 30 anos.⁴¹

Dias após um representante do MME ter confirmado em uma dessas *webinars* que o novo Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050)⁴², prevê a ampliação de 10 *gigawatts* de energia nuclear, o próprio ministro anunciou na conferência *online* da Agência Internacional de Energia (AIE), em julho de 2020, que está finalizando um modelo de negócios que será apresentado a potenciais parceiros interessados em construir usinas nucleares no Brasil. O estabelecimento da parceria com a iniciativa privada para a construção dessas plantas é um tema central no setor atualmente.⁴³

A Eletronuclear – braço de energia nuclear da Eletrobrás – estuda a instalação de uma nova usina nuclear no Brasil e o município de Itacuruba é candidato a receber a planta. “Esse é um projeto em estado latente. Existem muitas críticas à energia nuclear, porque falta oferecer informações à sociedade sobre esta fonte para além das histórias dos acidentes. É claro que existem riscos, mas se não forem tomados os cuidados necessários. No mundo são muitos os investimentos no setor. A China está construindo 25 usinas e tem outras 100 em planejamento. Isso sem falar que o Brasil tem um déficit no consumo *per capita* de energia, que hoje é de 2,5 mil kW/hab./ano”, acredita o engenheiro e consultor e ex-assessor da Eletronuclear, Carlos Mariz.

41 Webinars preparatórios para o evento “Nuclear Trade and Technology Exchange”, que irá ocorrer em 2021, disponíveis em: <https://ntce.com.br/webinars/>. [Acesso em: 02 ago. 2020].

42 Disponível no *site* oficial da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacionalde-Energia-2050> [Acesso em: 17 fev. 2021].

43 Notícias intituladas: “Novo plano nacional de energia orienta a construção de até 10 GW de energia nuclear no Brasil até 2050” de 07 jul. 2020. Disponível em: <http://abdan.org.br/novo-plano-nacional-de-energia-orienta-a-construcao-de-ate-10-gw-de-energia-nuclear-no-brasil-ate-2050/>; “Governo está finalizando modelo de negócio para novas centrais nucleares no Brasil” de 09 jul. 2020. Disponível em: <http://abdan.org.br/governo-esta-finalizando-modelo-de-negocios-para-novas-centrais-nucleares-no-brasil/>. [Acessos em: 02 ago. 2020].

Ele diz que Itacuruba foi considerado uma localização interessante para a instalação da usina, em função da localização geográfica, do terreno plano e da disponibilidade de água. Importantes investidores no mercado brasileiro de energia, os chineses são apontados como prováveis parceiros num projeto de energia nuclear em Pernambuco. A participação da iniciativa, aliás, é considerada indispensável para que os investimentos voltem a andar no país. Pelo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), hoje a iniciativa privada responde por 54% dos investimentos no setor, mas a meta é que chegue a 60% até 2022.⁴⁴

Existe uma ampla discussão que aponta a geração de energia pela fonte termonuclear como cara, poluente e perigosa. Cara, por considerar os altos custos desde a instalação ao descomissionamento; poluente, por envolver também o ciclo de seu combustível e a produção de rejeitos radioativos que precisarão ficar isolados durante anos; e, perigosa, por expor a sociedade a riscos de acidentes com alta radioatividade. O ocultamento desses riscos e a banalização dos danos socioambientais, é, dentre essa trama de táticas, mais um *script*, tal qual sumir do mapa.

44 Notícia intitulada: “Pernambuco tem mais de 1,5 mil obras paralisadas” de 12 ago. 2018. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2018/08/12/pernambuco-tem-mais-de-15-mil-obras-paralisadas--350547.php>. [Acesso em: 21 jul. 2019].

Figura 3 – Oficina com indígenas e quilombolas para elaboração de cartografias sociais em maio de 2019.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2019).

Em contrapartida, quem nasce em Itacuruba é gente! Com história, nome e etnônimo⁴⁵. A presença de indígenas e quilombolas designa a ampla rede de relações que compõe as dinâmicas socioculturais e continuidades históricas nessa região, além de apontar o vasto campo do simbólico revela também a dimensão do político, tanto de uma micropolítica da vida cotidiana, quanto de uma política cada vez mais mundializada, envolvendo entidades orientadas por projetos, instituições e capitais nacionais e internacionais, como visto no projeto da Central Nuclear do Nordeste. De modo que, ao construir projetos coletivos de futuro, inerentes à manutenção de um grupo étnico, os agentes sociais sincronicamente pautam estratégias de confronto a uma diretriz definida pelo capital e consorciada pelo Estado.

45 O etnônimo segue a ideia contida no conceito construído por Smith (1993 *apud* BEZERRA, 2006, p. 39) como “o nome usado para designar o grupo e para este se autodefinir, e a sua inexistência indica uma identidade coletiva incipiente e difusa”.

“Existem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, toda uma população ali em torno de onde quer ser feita a usina nuclear!”, denuncia Jorge Pankará.⁴⁶ “Existimos!”, “estamos aqui!” e “não iremos sair!”, são as repetidas afirmações que demonstram a pulsão para resistir no próprio feito de se manter vivo e “de ser, de agir e de viver como se é, lá dentro do território” – como define Valdeci do quilombo Poço dos Cavalos.⁴⁷ O que James Scott (2002) conceituou como formas cotidianas de resistência é, particularmente, importante para demonstrar que o confronto com o megaprojeto não se expressa somente em manifestos, protestos e batalhas mais rápidas, mas também em um bojo de lutas pulverizadas no dia a dia de pessoas que, imersas em suas dinâmicas, encontram obstáculos para a ação coletiva e organizada, sendo as resistências cotidianas muitas vezes a única opção disponível.

As reivindicações por escolas e por uma educação indígena específica e diferenciada; o empenho de lideranças indígenas e quilombolas no encaminhamento de processos administrativos de regularização fundiária; e as articulações associativas locais, estão dentre as formas de manterem-se ativos e cotidianamente em resistência. Na mesma direção, mas num plano paralelo, outra forma de resistir tem se dado mediante uma “unidade de mobilização”, que se refere ao que Almeida (2006) entende como a aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou de ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura.

A Articulação Sertão Antinuclear, como passou a ser chamada desde a caminhada antinuclear em junho de 2019, tem sido a responsável por reunir as diferentes formas de participação dos seis Povos e Comunidades Tradicionais no campo de enfrentamento à central nuclear. Tal rede agrega não somente indígenas e quilombolas de Itacuruba, como não restringe as ações políticas apenas ao município. No entanto, foi a “Frente de Povos Tradicionais de Itacuruba”, conformada ainda em

46 Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em maio de 2018.

47 Depoimento realizado em entrevista ao autor em junho de 2020.

2011, que veio cooptando parceiros e estruturando uma unidade de mobilização antinuclear ao largo da periodicidade do confronto.

Desse modo diferentes movimentos sociais, indígenas e quilombolas de outros municípios, grupos de pesquisa de universidades, entre outros diversificados atores, têm se agregado à Articulação na medida em que as notícias são publicadas e as táticas de matar cada vez mais explícitas. Agências já conhecidas pela atuação com os movimentos de atingidos nessa região também se fazem presentes e atuantes, caso dos sindicatos de trabalhadores rurais e de instituições ligadas à igreja católica, como a Diocese de Floresta e as pastorais sociais. Seguramente, à medida que se acirram as formas de fazer morrer, extrapolam-se as fronteiras espaciais e as potencialidades de atuação a partir da Articulação Sertão Antinuclear.

Organizados e envolvidos nessa unidade de mobilização, indígenas e quilombolas têm concatenado um circuito de ações coletivas que são criativamente estabelecidas na esfera pública, para que a sociedade envolvente enxergue e também confronte as violências, os riscos e os problemas na construção de um megaprojeto energético nuclear, não só para os municípios de Itacuruba, mas também para os ribeirinhos de todo um curso do São Francisco e, de modo geral, para qualquer cidadão que não deveria, numa condição humana ideal, estar submetido, quase que de maneira vitalícia, aos perigos de “chaleiras atômicas” instaladas por aqui e acolá.

Um acidente que viesse a acontecer não só Itacuruba será atingida, tem uma área de abrangência que vai muito além de Itacuruba. [...] Se, de fato, a usina for construída, provavelmente nós teremos de ser retirados do território ou ficaremos numa área de segurança máxima, qual das duas decisões a gente tem que tomar? O que vamos fazer? Para que caminho a gente vai seguir? Se não é nenhuma das que a gente quer, nenhuma das possibilidades que a gente quer, então é esse o grande impasse que a gente tem, ou nós ficamos dentro de uma área de segurança máxima ou a gente é retirado de um território que a gente vem lutando, o território tradicional, e aí mais uma vez nós vamos negar aos nossos filhos e aos nossos netos o território, a cul-

tura, a tradição se nós já passamos por isso? Por isso que a gente continua denunciando! – Lucélia Pankará.⁴⁸

Eu não acredito que Itacuruba tenha ninguém qualificado pra trabalhar numa usina, essa história de emprego é mentira, a usina vai trazer morte, desgraça, doença, câncer. E uma preocupação grande da gente é com o Rio São Francisco que já está bastante impactado, se instalar essa usina na margem do rio vai matá-lo. O Rio São Francisco é um rio que banha cinco estados, então o povo também tem que se conscientizar que se isso acontecer não vai afetar só Itacuruba – Evani Tuxá Campos.⁴⁹

Eu começo a colocar o concreto que a gente já tem em vida, o resultado da Barragem de Itaparica, e a questão também da transposição do São Francisco que a gente tem fatos que foi exatamente assim, famílias induzidas às promessas, as benditas promessas que vêm de cima. Cadê que metade delas são cumpridas? Quantos anos nós já temos da usina de Itaparica? E quantas pendências ficaram e que a gente nunca mais conseguiu solucionar? Cadê o resultado? Foi prometido e não foi cumprido! – Valdeci Quilombo Poço dos Cavalos.⁵⁰

O arranjo de mobilizações antinucleares vai, justamente, em direção ao problema fundado pelo megaprojeto, e a falta de informações. As atividades propostas pela Articulação Sertão Antinuclear assumem um caráter informativo e formativo já que muito se desconhece sobre a energia nuclear e a intenção de construção da central nuclear em Itacuruba, supostamente porque os encaminhamentos do investimento se dão às escondidas e, porquanto, não repercutem na grande mídia. Por isto, buscamos regularmente produzir conteúdo em mídias sociais, como o *Instagram* e o *Facebook*, tal como pautar essa temática nas mídias alternativas.

48 Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em maio de 2018.

49 Depoimento para reportagem dos Jornalistas Livres em março de 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/tuxas-contr-usinanuclear/>. [Acesso em: 02 ago. 2020].

50 Depoimento realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em maio de 2018.

Por outro lado, expor dados que são intencionalmente confinados em códigos tecnicizados um tanto inacessíveis, é o meio pelo qual se esmiúça o discurso falacioso de benefícios que desavergonhadamente engana as pessoas nessa região. Numa via de mão dupla, populariza-se o conhecimento sobre a proporção dos riscos na instalação de seis reatores atômicos no Rio São Francisco, e sobre os dilemas ainda não solucionados pela ciência, como o do lixo nuclear que de maneira concreta e imediata se põe como uma ameaça à saúde e existência humana, visto que os resíduos radioativos considerados de vida curta devem ser mantidos à distância de seres humanos por pelo menos 300 anos.⁵¹

De modo conseqüente, indígenas e quilombolas expressivamente renunciam o megaprojeto por entenderem que o resultado é a alienação final de suas terras e do rumo de suas vidas. Para isto, atividades vêm sendo realizadas com a finalidade de ampliar a discussão e propor alternativas de desenvolvimento que priorizem a segurança humana, política e social das pessoas dessa região, a exemplo: as caminhadas antinucleares, de abril e de junho de 2019; as Cartas de Itacuruba e de Floresta, respectivamente de 2011 e de 2019; o abaixo-assinado, de 2020, para os deputados de Pernambuco rejeitarem a PEC em trâmite no Estado; e, mais recente, as eminentes *lives*, que representam a maneira de comunicação e interação social no tempo presente.⁵²

Isto é, “no interior de um limitado conjunto [o repertório confrontacional], os atores escolhem quais peças irão encenar aqui e agora, e em qual ordem”, como sugere Tilly (2008 *apud* ALONSO, 2012, p. 31). Cartas, marchas, caravanas e cartografias sociais integram, portanto, o repertório confrontacional de indígenas e quilombolas que, por certo, expressa a interação histórica e atual entre eles e seus opositores, nesse caso, o consórcio de megaprojetos energéticos. Dentre esse conjunto de táticas de resistência, a cartografia elaborada pelos agentes sociais tem orientado reivindicações ao modelo de desenvolvimento que os invisibiliza das áreas de interesse do empreendimento. Nesse terreno, figurar no mapa, estar ausente, ou até mesmo sumir dele, desvela o campo de conflitos, poder e desigualdades que atravessa o confronto político.

51 Ver: WHITAKER, Chico (org.). **Por um Brasil livre de usinas nucleares**: por que e como resistir ao *lobby* nuclear. São Paulo: Paulinas, 2012.

52 As *lives* são exibidas nos canais do Xô Nuclear no *Facebook* e do *YouTube* e na Página do *Instagram* da Articulação Sertão Antinuclear (@usinanuclearnao).

“NADA PRA NÓS, SEM NÓS”

Se sumir do mapa é uma tática de desmobilização, estar nele é uma tática de resistência. A cartografia social elaborada por indígenas e quilombolas em Itacuruba projeta subversões de poder simbólico e territorial, fazendo visíveis realidades tornadas ausentes pela invisibilidade, omissão e silêncio. Elaborar autocartografias significa evidenciar as existências coletivas, as potencialidades locais, tal como denunciar a violência do silêncio provocada e reproduzida na instalação do megaprojeto nuclear. Figurar no mapa, portanto, é dizer que estamos aqui e precisamos ser considerados, nas palavras de Valdeci do quilombo Poço dos Cavalos: “nada pra nós, comunidades, sem nós”.⁵³

53 Depoimento realizado no encontro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em Juazeiro (BA) setembro de 2017.

Exatamente no lapso entre 2011 a 2019, momento em que o Estado ofusca o andamento do megaprojeto, indígenas e quilombolas mobilizam-se seja na busca de informações, seja na construção de instrumentos de formação política que envolvesse necessariamente as pessoas que se integravam à unidade de mobilização antinuclear. Dentre os instrumentos que compõem o situado repertório confrontacional, as práticas de cartografia social realçam o caráter formativo para os agentes sociais na medida em que possuir a informação geográfica significa não só expressar dominialidade, mas também ampliar o conhecimento sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais, ao passo em que contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção desses territórios e recursos.

A cartografia social evidencia, então, uma disputa epistemológica na qual os indígenas e quilombolas contestam formas próprias de conceber, representar e classificar os espaços, apropriando-se de técnicas geomáticas que são arbitrariamente utilizadas no confronto político como dispositivos de controle e de poder sobre estes. Em um campo de forças onde pesa um discurso tecnificado, os mapas elaborados incidem numa construção argumentativa conferida de legitimidade do conhecimento cartográfico que, por pressuposto, revelam tramas territoriais, fundiárias, étnicas e políticas que demandam o cumprimento de um campo também técnico de regulações jurídicas próprias, que asseguram aos atingidos a garantia da autonomia da informação espacial e da decisão sobre esses espaços.

O mapa, podendo assumir naturezas distintas, tem a capacidade de definir o que se quer que exista enquanto instituição formal e política. Este, conjuntamente ao senso e ao museu, assevera a constituição identitária de uma sociedade nacional, como argumenta Anderson (2008), destarte se apresenta como o instrumento de reconhecimento da existência de algo, de alguém ou de alguma coisa, em dado recorte físico e geográfico. Nessa direção, o mapa é o próprio símbolo de uma ordem social que é ao mesmo tempo uma ordem espacial, assim dissemina esquemas de percepção do espaço que vão ganhando realidade à medida que o conhecimento do território é também um meio de produção deste (ACSELRAD, 2013).

O discurso cartográfico se apresenta como retórico, persuasivo e performático, servindo, por um lado a ações de vigilância, preservação

da ordem e controle de cidadãos, mas também de criação de mitos que convêm à manutenção do *status-quo* territorial (HARLEY, 1995 *apud* ACSELRAD, 2015). “Sumir do mapa”, por certo, simboliza as relações de força, de sentido e de comunicação no poderio classificatório do Estado, respaldado em funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais, como afirma Bourdieu (2014). Todo o processo de marcar e cartografar um território, a esses moldes, repercute necessariamente em disputas no plano das classificações, e é nesse tocante que a cartografia social trabalha no sentido de reclassificar categorias que não correspondem com as identidades coletivas que se afirmam no território.

“Nada pra nós, sem nós” é, na contramão da produção deliberada de uma inexistência, a consciência coletiva de uma pertença étnico-histórica e espacial, que têm impulsionado os agentes sociais a fazerem do mapa um instrumento político de resistência, onde este é o próprio fio condutor de ações políticas que constitui o repertório confrontacional. Assim, as práticas de cartografia social em Itacuruba têm esboçado as lutas coletivas por reconhecimento identitário e territorial, bem como de confrontações à política desenvolvimentista do Estado. Tais lutas se inserem num panorama de enfrentamento à lógica predominantemente capitalista que, por sua vez, contrasta com a presença de Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios.

Na finalidade de sistematizar as interpretações socioespaciais de Itacuruba, considerando as próprias experiências coletivas, as lideranças indígenas e quilombolas demandaram oficinas de produção de mapas ao núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), conhecido junto aos movimentos étnicos no estado por realizar tais atividades. Desde 2015, portanto, tem se dado um extenso trabalho de levantamentos documentais, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, coletas de pontos geográficos com o uso de equipamentos técnicos como *GPS*, assim como as oficinas que resultaram na elaboração de dois mapas situacionais, um síntese das ações coletivas e conflitos socioambientais do Sertão de Itaparica e um mapa específico das territorialidades e conflitos em Itacuruba, ambos compõem um *Boletim Informativo* publicado pelo PNCSA em 2019.⁵⁴

54 O Boletim Informativo está disponível no site do Projeto Nova Cartografia Social a partir do link: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-resistimos-para->

“Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no Rio São Francisco”, como intitularam o Boletim, tem se constituído num mecanismo de fortalecimento das organizações indígenas e quilombolas no plano local, tal qual tem ampliado os pleitos destes frente as agências governamentais e não governamentais. No quadro geral, manifesta o repertório confrontacional que tem operado no vácuo da ação estatal e no enfrentamento aos consórcios e corporações que se expandem para regiões historicamente relegadas e conhecidas como atrasadas. Dessa forma, possibilita a compreensão dos liames socioculturais e etno-históricos no percurso de indígenas e quilombolas em Itacuruba, que agora passam a ser projetados nos mapas dessa região.

A presença destes em seus territórios e as respectivas reivindicações fundiárias indicam que as ações coletivas impetradas no confronto político exprimem interações amplas com o ambiente. Na medida em que as disputas se dão pelas representações, acessos, controle e usos dos recursos ambientais. Como reivindica Cícera Pankará⁵⁵: “A luta é pelo nosso rio!”. Se de um lado o Rio São Francisco tem um sentido economicamente atribuído à necessidade do resfriamento de reatores nucleares, de outro o rio configura-se como o catalizador de um complexo de relações de pertencimento e de encantamento de indígenas e quilombolas que nele incorporam significados, não em um sentido maniqueísta de pressupor uma relação homogeneamente harmônica entre esses agentes e o ambiente, mas de justamente compreender o quão amplo é o campo das interações entre indivíduos e natureza.

O despoite de um repertório confrontacional antinuclear tem qualificado o debate sobre as dimensões sociais e ambientais que estão no entorno do megaprojeto, pleiteando que estas sejam tratadas em pé de igualdade com os fatores tecnológicos e econômicos no próprio processo de planejamento. Tal enfoque demanda das Ciências Sociais reflexões que deem conta de complexificar os eventos, as situações e as agências que compõem os acontecimentos contínuos e as dinâmicas que refletem em jogos de poder, relacionados ao controle sobre a vida e a população e seu direito de existir. Atentar para isto é conscientizar-se

-existir-dizemos-nao-a-usina-nuclear-no-sao-francisco/. [Acesso em: 02 ago. 2020].

55 Depoimento, realizado em oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia em julho de 2018.

de que, apesar dos processos de mundialização que fazem com que não encaremos a projeção da Central Nuclear do Nordeste como algo localizado, os lugares permanecem singulares e devem, por isso, ser compreendidos em suas particularidades.

É nesse sentido que o uso do mapa como um recurso de descrição etnográfica, como sugere Almeida (2013), tem possibilitado retratar o que os agentes sociais dizem sobre si, o que fazem e o que pensam, porque justamente o que está no mapa é o que eles consideram fundamental e relevante. Desvela-se um exercício multifacetado já que este não é reduzido ao produto final, o mapa, ou as leituras possíveis de serem realizadas a partir dele, ao contrário, contempla-se nesse processo outros recursos, técnicas e procedimentos que possam, inclusive, relativizar os limites da própria cartografia e ampliar o seu entendimento. Depoimentos, legendas, fotografias, croquis, são alguns dos recursos complementares que têm explicitado as categorias e as discursividades presentes nas situações projetadas.

Decerto, os mapas elaborados por indígenas e quilombolas revelam aspectos fundamentais na compreensão dos conflitos que os envolvem. Primeiro, no que diz respeito ao conjunto de empreendimentos e de intervenções no contexto socioambiental, pode-se elencar a exploração mineral; os desvios no curso do Rio São Francisco; as mudanças no nível fluvial e a construção de lagos artificiais, que já se encontram depreciados em razão da larga instalação de tanques-rede para piscicultura. Esse conjunto indica que os confrontos políticos em Itacuruba são emergentes e atuais, mas visibilizam o contínuo assédio provocado pela ação desenvolvimentista do Estado, que incide nessa região desde os anos de 1950 e se firma na atual conjuntura política de exceção.

A Central Nuclear do Nordeste, dentre tal agrupamento, exemplifica como operam as instituições e o poder moderno, em linha geral, mediante o gerenciamento de conglomerados econômicos e seus interesses particulares, que surrupiam bens, direitos e a moralidade dos atingidos. O problema que caracteriza esse novo contexto de confronto é o abandono do plano legislativo dos embates, por parte dos empreendedores, que passam a apostar no plano administrativo dos processos, envolvendo a fragilização dos mecanismos de licenciamento e estruturando as instituições de capital técnico e político capazes de garantir

seus objetivos. Assim tem ocorrido com as organizações estatais que se comportam como provedoras das iniciativas do capital privado.

O confronto político de indígenas e quilombolas em Itacuruba, nessa direção, têm possibilitado a produção de uma série de estudos etnográficos que exploram, como nos contextos locais se produzem estratégias para a sobrevivência, autonomia e acesso a direitos. Tais investigações se contrapõem à interpretação desse espaço cristalizado como vazio e decadente, destrinchando as situações identitárias, ambientais e econômicas dessa região através de uma lente antropológica. Numa análise mais ampliada, tem se debatido como as políticas de Minas e Energia configuram o eixo integrador de ações governamentais que têm violado direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, bem como provocado danos inescaláveis ao meio ambiente.⁵⁶

Sendo este um estudo etnográfico, cabe por último destacar a importância da leitura do mundo social em contextos que envolvem os megaprojetos, o desenvolvimento e uma consequente violação de direitos humanos. A compreensão dos fenômenos sociais, propiciada pelos conhecimentos das Ciências Sociais, aqui em especial da Antropologia, tem subsidiado o entendimento das respostas locais à instalação da central nuclear em Itacuruba. Espera-se, então, que o estudo das ações coletivas antinucleares no Sertão de Pernambuco nos aponte soluções para o enfrentamento dos problemas que persistem na arena de negociações entre grupos sociais e o Estado.

56 Ver: SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco. RIF, Ponta Grossa/PR, v. 18, n.40, p.143-164, jun. 2020.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização – anotações de leituras. In: ACSELRAD, Henri; GUEDES, André D.; MAIA, Laís J. (Org.). *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri; GUEDES, André D.; MAIA, Laís J. (Org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Repensando a ação antropológica: prefácio à edição de 2016. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; MOURÃO, Laís. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. Manaus: UEA Edições, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais – Nova Cartografia Social*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: UEA PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, jun. 2012.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. Grandes obras... grandes impactos. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, v. 17, n. 1, p 5-30, jan./jul. 2001.
- BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. *O quilombo “Negros de Gilu” em Itacuruba: Emergência etnoquilombola e territorialidade*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: curso no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. *Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas: o caso Itacuruba*. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009.
- OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011. v. 1.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCOSA). Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco. *Boletim Informativo – Conflitos sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central*, Manaus: UEA Edições/PNCS, n. 1, jun. 2019.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*, v. 80, p. 109-125, 2008.

SCOTT, Russel Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragens a partir da experiência da UHE Itaparica. In: ZHOURI, Andréa (Org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012.

SCOTT, Russel Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, 2002.

SILVA, Whodson. *O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.